



PSD p.6

“O único candidato capaz de construir projectos para as próximas gerações de matosinhenses é Pedro Vinha”



Presidente p.2

Primeiro-Ministro recebeu as conclusões da conferência “Pensar o Futuro - um Estado para a Sociedade”

POVO LIVRE



nº 1767

30 de janeiro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Empresas exportadoras mais competitivas



O Primeiro-Ministro na conferência EU/CELAC

Governo p.9

Ministro das Finanças esclarece aumento dos prazos dos empréstimos a Portugal

Parlamento p.12

“Estamos no caminho certo para tirar o país da crise” - Luís Menezes

Primeiro-Ministro recebeu as conclusões da conferência “Pensar o Futuro - um Estado para a Sociedade”

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, recebeu, no dia 24, as conclusões da conferência “Pensar o Futuro - um Estado para a Sociedade”, impulsionada por si e realizada na semana passada, pela antiga secretária de Estado e dirigente do PSD, a advogada Sofia Galvão.

No encerramento do debate, na quarta-feira anterior, o Primeiro-Ministro afirmou que a reforma do Estado é uma tarefa inevitável dos governos portugueses nos próximos 20 anos e avançará com o consenso possível, não podendo ficar parada por “medo do ciclo político”.

“O País não pode ficar parado, paralisado, por não haver consenso necessário à decisão, ou por simples medo do ciclo político, de evitar o desagrado do eleitorado”, defendeu Pedro Passos Coelho.

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro sustentou que o Estado social e a coesão social não serão postos em causa, antes pelo contrário, dependem da realização dessa reforma, e negou que o seu objectivo principal seja financeiro.

Por outro lado, Passos Coelho referiu que, “por mais escasso que for o consenso possível de obter” sobre a reforma do Estado, “haverá sempre o consenso imposto pelo limite da Constituição”, o que considerou ser “garantia suficiente para afastar velhos fantasmas carcomidos pelo tempo, mas que não têm infelizmente deixado de ser agitados”.

Na mesma ocasião, Pedro Passos Coelho considerou que o debate sobre a reforma do Estado começou bem, mas pediu a mobilização de todos os cidadãos para futuras iniciativas.

A conferência “Um Estado para a Sociedade” decorreu no Palácio Foz, em Lisboa, dias 15 e 16 de Janeiro, com limites à cobertura jornalística. - Fonte: Lusa

Nota: O texto completo das conclusões pode ser consultado em: http://www.umestadoparaasociedade.pt/Cache/Conclusoes_Conferencia_final-1020.pdf



Passos Coelho ao “Sol”

“Começa a perceber-se que os sacrifícios não são em vão”



O Primeiro-Ministro considera que a emissão de dívida, extensão da maturidade dos empréstimos e o cumprimento da meta do défice para 2012 são sinais positivos que mostram que Portugal está a dar os passos para voltar ao crescimento.

Numa declaração concedida ao semanário “Sol”, Passos Coelho sublinha que “a forma como foi recebida a proposta que apresentámos no Eurogrupo, visando obter apoio para o regresso ao mercado”, bem como o “sucesso obtido na colocação da dívida a cinco anos, que se lhe seguiu”, foram “as primeiras marcas visíveis do caminho que temos vindo a percorrer”.

Um caminho que começa a dar frutos, sublinha o primeiro-ministro. “Começa a perceber-se que os sacrifícios não são em vão e que seremos capazes de ultrapassar o tempo de emergência nacional”, afiança Passos Coelho. É preciso alguma cautela, contudo. “Temos, porém, um caminho muito exigente à nossa frente, em que a nossa credibilidade será testada”, prevê.

Para Passos Coelho, “depende muito de nós garantir o retorno efectivo da confiança”. Mas o País está “a dar os passos necessários para passar a uma nova fase com dificuldade, é certo, mas com a marca de esperança no fim do programa de assistência e no crescimento da economia e do emprego”, congratula-se o primeiro-ministro, numa referência ao “pós-troika”.

O sucesso na emissão de dívida e no prolongamento do prazo para pagar o empréstimo da troika teve o condão de acalmar a tensão na coligação. Paulo Portas sublinhou que o regresso aos mercados é “uma boa notícia para o País”. - Lusa

O Primeiro-Ministro na conferência EU/CELAC

Empresas exportadoras mais competitivas

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, participou no Sábado e Domingo passados, na conferência cimeira da União Europeia/Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (UE/CELAC), que decorreu em Santiago do Chile.

Pedro Passos Coelho foi acompanhado pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas.

O Chefe do Governo chegou a Santiago na sexta-feira à noite e regressou a Lisboa ao início da tarde de Domingo, em voo comercial, via São Paulo, Brasil.

Na ocasião desta conferência realizaram-se encontros bilaterais com os presidentes do México, Enrique Peña Nieto; da Sérvia (país candidato à adesão à União Europeia), Tomislav Nikolić; do Chile, Sebastián Piñera, e do Panamá, Ricardo Martinelli.

A Cimeira UE/CELAC junta os 27 Estados-membros da União Europeia e 33 países da América Latina e das Caraíbas - todos os do continente americano, menos os Estados Unidos e o Canadá.

A União Europeia esteve representada nesta cimeira pelo presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, e pelo presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, entre outras personalidades de relevo em Bruxelas e Estrasburgo.

Estavam confirmadas, entre outras, as presenças em Santiago do Chile da chanceler alemã Angela Merkel e da presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

Os chefes de Estado e de Governo destas duas comunidades regionais adoptaram uma declaração política e acordaram em procurar um reforço do plano de cooperação, assinado há dois anos, em Madrid.

No Sábado de manhã, Passos Coelho participou também na IV Cimeira Empresarial União Europeia/CELAC, com uma intervenção num painel sobre "Investimentos para o crescimento económico, inclusão social e sustentabilidade ambiental".

No Domingo, às 13:00 locais (16:00 em Lisboa), depois de terminada a Cimeira UE/CELAC, os principais líderes deram uma conferência de imprensa, país por país.

Em Santiago, estiveram dois dos principais blocos económicos do mundo, a União Europeia e o Mercosul, do qual fazem parte o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai (suspensão temporariamente na sequência da deposição do presidente Fernando Lugo) e a Venezuela, que aderiu no ano passado a este mercado comum.

A CELAC é um novo quadro de coordenação política dos países da América Latina e das Caraíbas (ALC), com quem a UE tem mantido cimeiras regulares desde 1999, com intervalos de cerca de dois anos, sendo esta a VII Cimeira UE/ALC e a I Cimeira UE/CELAC.

A anterior reunião entre as duas comunidades regionais tinha decorrido em Madrid, em maio de 2010.

A intervenção do Primeiro-Ministro de Portugal

Na sua intervenção na IV Cimeira Empresarial União Europeia/América Latina e Caraíbas (UE/CELAC), Pedro Passos Coelho reiterou a expectativa do Governo português de que 2013 seja "um ano de viragem no ciclo de retracção económica, que um ajustamento profundo e doloroso invariavelmente acarreta".

O Primeiro-Ministro que Portugal iniciou "de forma paulatina e sustentada" o seu regresso aos mercados e cumpriu o objectivo do défice acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional para 2012.

No seu discurso, o Primeiro-Ministro apresentou Portugal como um Estado-Nação que representa "um mar de oportunidades", por ser uma ponte entre continentes e regiões; e quis dar conta do "extenso programa de



ajustamento económico" que o Governo PSD/CDS-PP está a aplicar para levar o país "de volta aos mercados e lançar um novo ciclo de crescimento com bases sustentáveis e sólidas".

"Iniciámos, de forma paulatina e sustentada, o nosso regresso aos mercados e ainda na semana que se completou conseguimos colocar cerca de 2,5 mil milhões de euros a uma taxa inferior a cinco por cento, para uma procura de seis vezes o valor inicial da oferta, 12 mil milhões de euros", afirmou Passos Coelho, referindo-se à emissão de dívida pública a cinco anos realizada na quarta-feira.

O Primeiro-Ministro assinalou que "é muito relevante que 93% da dívida colocada tenha sido adquirida por investidores não-residentes e não-europeus".

Antes, Passos Coelho mencionou a redução da despesa pública primária "superior a 14 mil milhões" feita "em apenas dois anos" e reclamou sucesso na redução do défice estabelecida para o passado: "Atingimos este ano que passou, em 2012, o objectivo do défice que ficou acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário

Internacional".

Por outro lado, o chefe do Governo Português apontou a "evolução positiva" das contas externas de Portugal e sustentou que tem sido executado "um abrangente programa de reformas estruturais, com particular atenção ao clima de negócios", para "modernizar a economia portuguesa e tornar Portugal num destino atractivo para investidores e empreendedores".

O Primeiro-Ministro referiu ainda as energias renováveis, as comunicações móveis, a banda larga e a construção, como alguns dos sectores que "poderão representar oportunidades apelativas e concretas para os empresários e investidores" latino-americanos e caribenhos.

"Quais são os contributos que Portugal tem para oferecer ao desenvolvimento do mercado latino-americano e das Caraíbas?", perguntou Passos Coelho, dando a resposta em seguida: "Antes de mais, Portugal é um dos poucos países que mantêm simultaneamente ligações políticas, comerciais, económicas, culturais e linguísticas com todas as regiões e economias emergentes do globo".

O Primeiro-Ministro acrescentou que Portugal está



“integrado em diversas redes institucionais” que o tornam “numa ponte de ligação entre a Europa e a América Latina e Caraíbas, por um lado, e, simultaneamente, entre essas duas regiões e os continentes africano e asiático”, destacando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

De acordo com Passos Coelho, «nessa perspectiva, Portugal é, conjuntamente com cada um dos Países dessa comunidade, um verdadeiro mercado de mercados» e «representa um mar de oportunidades e um elo privilegiado entre continentes, regiões e países diversos».

No início da sua intervenção, o Primeiro-Ministro mencionou que “é na América Latina e Caraíbas, tal como em África e na Ásia, que estão actualmente os países com maiores índices e maior potencial de crescimento” e defendeu que “é preciso saber retirar consequências” dessa realidade.

“Pelos múltiplas oportunidades existentes, a região é uma prioridade também do meu Governo. Aliás, desde o início do meu mandato, há pouco mais de ano e meio, esta é a minha terceira deslocação à América do Sul”, afirmou.

Segundo Passos Coelho, “verifica-se hoje uma atenção redobrada no sentido de a Europa se abrir ao mundo e estabelecer novas parcerias económicas, comerciais e políticas”, e Portugal e Espanha contribuíram para isso.

O Chefe do Governo português assinalou que a Europa e a América Latina “atravessam ciclos económicos muito diversos”, com a última numa “forte dinâmica de crescimento” e a primeira “empenhada em sair de um ciclo de abrandamento, em alguns casos mesmo de recessão”.

Contudo, no seu entender, esses ciclos “são em muitos aspectos complementares” e, se forem aproveitados, podem mesmo “reforçar as dinâmicas de crescimento sustentável, que seja gerador de emprego dos dois lados do Atlântico”.

“Afastar ideias perigosas de facilitismo”

O Primeiro-Ministro de Portugal, defendeu - no Domingo - que Portugal obteve resultados de emissão

de dívida “encorajadores”, mas que é preciso afastar “a ideia de que está tudo feito e de que a crise acabou”.

Em declarações aos jornalistas, em conferência de Imprensa, num hotel de Santiago do Chile, Pedro Passos Coelho considerou que Portugal está agora “numa fase qualitativamente diferente”, mas ainda tem pela frente “caminho difícil e estreito” de correcção de desequilíbrios.

“Ainda temos muito caminho para fazer. Os resultados que tivemos até hoje são muito importantes e são, desse ponto de vista, encorajadores, mas a ideia de que está tudo feito e de que a crise acabou, de que não precisamos de ter disciplina orçamental e de que não precisamos de ter cuidado com as reformas que estamos a empreender, seria uma ideia perigosa que eu quero aqui afastar”,

afirmou o Primeiro-Ministro, depois de ser questionado sobre a possibilidade de haver um alívio da austeridade.

“Nós seremos, durante os próximos meses, testados pelos mercados para saber se realmente mantemos o caminho que temos vindo a seguir, se estamos determinados em alcançar as metas para o nosso défice. Sabemos que a nossa correcção de contas públicas tem vindo a ser notável, sobretudo ao nível externo, mas precisamos de manter esse rumo”, acrescentou.

Segundo o chefe do Governo, a “emissão bem-sucedida” de dívida pública a cinco anos, realizada na quarta-feira passada, assinala “um primeiro marco de reconhecimento externo, formal e oficial” do percurso feito por Portugal.

Passos Coelho apontou como “grande meta” do





Executivo, colocar Portugal numa “fase diferente”, não centrada “no ajustamento, e, portanto, na austeridade, na correcção dos desequilíbrios”, mas sim “nas condições de crescimento da economia e do emprego”.

No seu entender, contudo, o passo dado na quarta-feira - “aproveitando as boas condições europeias” - foi apenas “o início de um processo que ainda será um processo demorado”.

O Primeiro-Ministro disse ainda que os portugueses “sabem quais são os objectivos para o défice este ano, quais são os objectivos do próximo ano, qual é a trajectória para a dívida pública e para a despesa pública, que defendemos até 2016”.

Por outro lado, lembrou o compromisso de redução da despesa pública em 4 mil milhões, que o Governo assumiu com a ‘troika’ no ano passado.

“Precisamos de mostrar continuamente a nossa grande determinação e a coragem dos portugueses para alcançar esses objectivos, que são difíceis, mas que - como já provamos - estão ao nosso alcance, se todos o quisermos”, concluiu.

“Não sei se a chanceler alemã falou disto ou não em termos públicos, mas numa das reuniões que tivemos aqui ouvi-a justamente dizer que a Alemanha está em condições este ano de poder oferecer a países da União Europeia um mercado de exportação com mais vigor do que aquele que foi possível obter no ano passado”, acrescentou Passos Coelho, lembrando que Angela Merkel disse que existe alguma expansão da economia alemã que, não tenho dúvida, será muito útil no âmbito do mercado interno para muitos países que têm uma exportação mais sensível para a Alemanha, como é o caso de Portugal”.

O Primeiro-Ministro sustentou que as empresas portuguesas “estão cada vez mais competitivas” e afirmou que Portugal está a fazer as reformas necessárias para se modernizar economicamente, mas que estas “demoram algum tempo a produzir todos os seus efeitos”.

“Uma questão diferente tem que ver com a margem que cada País tem para poder estimular a procura externa. Nós, como é sabido, não temos essa margem”, acrescentou, considerando “natural que outros países possam fazê-lo”.

Segundo Passos Coelho, a situação financeira de Portugal, “apesar de controlada, é uma situação financeira muito delicada” e o País terá “ainda de permanecer



com muito rigor e muita disciplina nos próximos anos” para “manter esta credibilidade que tem sido difícil de conquistar”.

Quanto à Cimeira que tinha decorrido, entre a União Europeia e a Comunidade de Estados da América Latina e Caraíbas, o Primeiro-ministro disse ter notado “um clima de bastante optimismo”, diferente do ambiente da última Cimeira Ibero-Americana, realizada em Cádiz, Espanha, em Novembro.

“Existe hoje a convicção de que a União Europeia está a ultrapassar de forma mais duradoura as suas dificuldades”, considerou, referindo que o bloco europeu “investe de forma muito significativa” na América Latina.

De acordo com o Primeiro-Ministro, “Portugal teve um envolvimento muito activo nos trabalhos desta cimeira” e está empenhado “na rápida entrada em vigor no acordo de comércio da União Europeia com a Colômbia e com o Peru” e “do acordo de associação União Europeia/América Central”.

Pedro Passos Coelho, afirmou também, em resposta a perguntas de jornalistas, que - em função da informação de que dispõe - o Governo espera que a concessão da ANA seja contabilizada para o défice de 2012 e que a

meta de 5% seja alcançada.

A pergunta incidiu sobre qual o motivo que levava o Governo a dar por adquirido o cumprimento da meta de 5% para o défice de 2012, antes de ser conhecida a decisão do Eurostat quanto à contabilização ou não da concessão da ANA e o valor do défice em contabilidade nacional a divulgar pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

“Não existe nenhuma informação para que o Governo - para além da disponível neste momento - vá contra o pressuposto, que estava assumido na última reunião com a ‘troika’, em Dezembro do ano passado, de que a privatização, juntamente com o contrato de concessão da ANA, seria abrangível para efeitos de cálculo do défice - que esse défice foi alcançado”, afirmou Passos Coelho.

A comunicação social perguntou também a Pedro Passos Coelho qual o valor real do défice de 2012.

“Eu deixarei que seja o senhor ministro de Estado e das Finanças a responder a essas questões. Não tenciono acrescentar informação àquela que já foi divulgada pelo próprio Ministério das Finanças”, respondeu o Primeiro-Ministro.

Passos Coelho reiterou, “relativamente ao limite quantitativo que estava fixado para o défice em Portugal em 2012”, que “ele foi cumprido” por Portugal, e “ficou a cerca de 700 milhões de euros do limite superior”.

Quanto à concessão da ANA, o primeiro-ministro começou por dizer que “só será possível responder quando o Eurostat tiver a sua decisão final sobre essa matéria, e não antes”.

“Isso é absolutamente transparente, quer dizer, não há aqui nenhuma ocultação. Quando o Eurostat decidir sobre essa matéria, nós fecharemos o valor nominal o défice atingido em 2012”, acrescentou.

“Mas não existe nenhuma informação para que o Governo, com a informação de que já dispõe, não possa dizer - nesse pressuposto que estava assumido na última reunião com a ‘troika’, em Dezembro, de que a privatização, juntamente com o contrato de concessão da ANA seria atingível para efeitos de cálculo do défice - que esse défice foi alcançado”, concluiu Passos Coelho.

Em seguida, terminou a conferência de Imprensa conjunta de Pedro Passos Coelho e de Paulo Portas e a comitiva portuguesa seguiu para o aeroporto, de regresso a Lisboa, em voo comercial, via São Paulo. - Fonte: Lusa, RTP1, Gab.Imp.PM

O Secretário-Geral na apresentação da candidatura a Matosinhos

“O único candidato capaz de construir projectos para as próximas gerações de matosinhenses é Pedro Vinha”

No dia 26, decorreu em Matosinhos a apresentação da candidatura à Presidência da autarquia local, de Pedro da Vinha Costa, com a presença do Secretário-Geral do PSD, José Matos Rosa e de muitos notáveis sociais-democratas, entre eles o Ministro da Administração Interna, o Presidente da Comissão Política Distrital, o antigo Ministro e Presidente do PSD, Luis Marques Mendes, outros autarcas e deputados eleitos pelo círculo portuense e muitos militantes e simpatizantes, que encheram por completo mo espaçoso recinto em que decorreu a cerimónia.

Matos Rosa, na alocução que proferiu no acto, depois de cumprimentar Pedro da Vinha Costa e as personalidades presentes, afirmou: «Caros amigos e companheiros, temos de saber valorizar os sucessos; temos de saber louvar as pequenas conquistas que se vão somando no caminho da vitória e esta semana foi Histórica, do ponto de vista do trabalho do Executivo e dos resultados das políticas do Governo.

Portugal regressou aos mercados depois de uma ausência de quase dois anos.

Não é apenas um momento de viragem, é um feito em matéria de credibilidade.

Os mercados reconhecem a acção do Governo. O défice de 2012 ficou abaixo dos 5%, e o Banco de Portugal prevê a inversão da situação económica e do crescimento.

A extensão dos prazos dos empréstimos é uma “compensação” pelo esforço das pessoas.

Como vêem, a estratégia do Governo está a dar frutos, tal como reconheceu publicamente o Presidente da República francesa.

A Comissão Europeia saudou estes passos e o Presidente da República Portuguesa anunciou mesmo que “o êxito do regresso de Portugal aos mercados” é decisivo para “a recuperação do investimento, o crescimento da economia e a criação de emprego”.

É disso que se trata, afinal!

A credibilidade irá trazer investimento, potenciar o crescimento e gerar emprego. Enquanto a oposição desvaloriza estes sucessos e se preocupa com questões acessórias, Portugal dá sinais de mudança. Honrar compromissos traz credibilidade! Fazer reformas traz reputação! Estamos a cumprir pelos Portugueses!

Os Portugueses podem continuar a confiar no PSD e no Governo, para quebrar o ciclo vicioso de hesitação em que vivemos nos últimos anos. O ciclo agora é de oportunidade.

Caros companheiros, é com a maior honra e profunda satisfação que venho a Matosinhos estar com amigos de longa data. E esta é uma alegria sincera, que serve para testemunhar a apresentação da candidatura daquele que será o próximo Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos... Pedro Vinha!

Gostaria de saudá-lo pela disponibilidade demonstrada em orientar uma equipa que irá mudar a face deste concelho.

Os Matosinhenses devem sentir-se orgulhosos por terem um candidato que ama a sua terra, sente a alma dos Matosinhenses e de gerações inteiras que respeitam o Mar...

Pedro Vinha é um homem de raras capacidades profissionais, políticas e humanas. Pedro Vinha é um candidato de excelência.

Conheço-o há muitos anos: é um homem competente, sério, justo e determinado, um cidadão empenhado nas causas que abraça. É o protagonista da afirmação do povo de Matosinhos.

As pessoas, os militantes, os nossos apoiantes e todos



os que se encontram aqui nesta sala, estão preparadas para travar consigo um combate difícil até às eleições...

Estão mobilizadas para que Matosinhos se afirme como um pivô central na Área Metropolitana do Porto. Estamos preparados para ajudá-lo a conquistar a Autarquia! Matosinhos quer Pedro Vinha, Pedro Vinha vai

liderar Matosinhos!

Hoje, paira em Matosinhos o reino da anarquia: o PS não tem ideias, não tem coragem, não consegue definir uma Estratégia de Ambição.

É hora de fazer um virar de página no Concelho!

Num tempo de exigência, acreditamos em homens

desta grandeza. Pedro Vinha é o protagonista da mudança. Acreditar em Pedro Vinha é crer nos nobres propósitos da Política.

Porque a nossa obrigação, na qualidade de responsáveis partidários, é construir um Portugal com futuro para as novas gerações.

Relembremos algumas palavras do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, que fez aqui, neste mesmo espaço, em 1969, o seu primeiro discurso político.

«A intervenção activa é a única possibilidade que temos de tentar passar do isolamento das nossas ideias e das teorias das nossas palavras à realidade da actuação prática, sem a qual as ideias definham e as palavras se tornam ocas. [...] Há a questão fundamental e comum a todos nós [...]: a de cada um poder ordeiramente expressar o que o preocupa e reclamar o que entende justo, de modo a fazer-se ouvir, doa a quem doer».

Caros amigos, para o PSD as eleições autárquicas são fundamentais para:

- Aprofundarmos a democracia, através de uma maior descentralização político-administrativa e de um maior envolvimento dos cidadãos na governação local;
- Promovermos a coesão territorial, combatendo a desertificação do interior, a destruição do litoral e a degradação da qualidade de vida nas cidades;
- Fomentarmos o empreendedorismo de base local, inovando e arriscando, tirando partido dos talentos, da criatividade e das infra-estruturas;
- Assegurarmos a igualdade de oportunidades e a mobilidade social, socorrermos os mais necessitados e redesenharmos o Estado Social.
- Apostarmos na eco-eficiência, nas tecnologias limpas, não apenas como um requisito essencial à qualidade de vida dos cidadãos, à protecção dos recursos e à solidariedade inter-geracional, mas também como uma oportunidade para o crescimento económico.

Em Matosinhos queremos concretizar estes objectivos. Mas sabemos que temos de trabalhar e "...o que é preciso é cada um multiplicar-se por si próprio", como escreveu Fernando Pessoa.

Nas vossas casas, nos vossos locais de trabalho, nas ruas, nos cafés, na Internet... partilhem esta mensagem: o único candidato capaz de construir projectos para o seu concelho, desenhar um futuro para as próximas gerações de matosinhenses... é Pedro Vinha.

Queremos Pedro Vinha, porque é um cidadão com experiência política, conhecimento local, criatividade e engenho.

Vamos em frente! Por Matosinhos, Por Portugal!

Marques Mendes e Miguel Macedo

Também o ex-líder do PSD e Conselheiro de Estado, Luís Marques Mendes quis deixar a sua contribuição para as ideias que foram expressas na cerimónia, mas antes e à margem do acontecimento relevante do dia - a candidatura de Pedro Vinha - enveredou por alguns comentários à Oposição ao PSD, defendendo a "estabilidade" dentro dos partidos da oposição com a duração de "pelo menos quatro anos" sob pena de "se fazer mal à democracia".

"Tal como defendo a estabilidade dentro dos governos, também defendo a estabilidade dentro dos partidos, designadamente os partidos da oposição. Não é para me intrometer, não é porque acho que António José Seguro é melhor do que qualquer outro, é porque acho que quando os partidos não têm um pouco de estabilidade, então fazem mal à democracia", afirmou o social-democrata à margem da sessão de apresentação do candidato a Matosinhos.

Marques Mendes assinalou que "deve haver pelo menos, nos partidos e nos governos, uma estabilidade de pelo menos quatro anos que é o tempo de uma legislatura".

"Se eu defendo isso, sempre defendi isso nos governos, também tenho de defender isso nos Partidos sob pena de não ser coerente. É uma questão de princípio", frisou.

Para o conselheiro de Estado, "as pessoas devem ter tempo para afirmar as suas lideranças" pelo que "todas as lideranças" devem levar o seu "mandato até ao fim".

Sobre as atuais questões internas do Partido Socialista, de onde surgiram vozes a defender a antecipação





do congresso antes das autárquicas, Marques Mendes acrescentou: “Não fui eu que coloquei lá António José Seguro e até lhe faço muitas vezes comentários nas minhas análises e nas minhas críticas mas, que diabo, ele está lá apenas há ano e meio em circunstâncias difíceis, herdou um partido com uma derrota enorme”.

“O País, em termos democráticos, ganha em ter estabilidade”, sublinhou.

Mas no seu discurso de apoio ao candidato do PSD a Matosinhos, Marques Mendes salientou a necessidade de existirem “políticos corajosos” e que tenham “prazer naquilo que fazem”.

“E eu sou a favor daqueles que têm a coragem de afirmar convicções e não tanto de andar ao sabor das oportunidades, das ocasiões e das conveniências”, sublinhou.

Ao candidato deixou alguns desafios, nomeadamente o da “alternância democrática” no concelho que tem sido liderado pelos socialistas e “o desafio do desenvolvimento económico e social”.

“Acho que nos últimos anos se tem vivido aqui em Matosinhos uma espécie de grau zero da vida política. O PS usa e deita e fora, usa a câmara, usa as pessoas dos candidatos e usa o voto dos matosinhenses”, criticou o ex-líder do PSD.

Por fim, deixou um conselho a Pedro Vinha: “Não se preocupe a fazer uma campanha partidária, não é fundamentalmente isso que está em causa nas próximas eleições. Faça uma campanha de cidadãos, de cidadania, é isso que as pessoas pretendem”.

Presente na apresentação da candidatura esteve

também o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, que se escusou a comentar a saída do secretário de Estado Paulo Júlio do executivo e que assinalou o “passo muitíssimo relevante”, mas que “não dispensa sacrifícios, do regresso de Portugal aos mercados.

“Não podemos passar dooito para o 80, nós cumprimos uma etapa, por antecipação de prazos, até muito importante. Isso foi muito significativo na confiança com que as pessoas, hoje, se preparam para trilhar o resto do caminho de dificuldade, que ainda temos que fazer”, disse.

O Ministro informou ainda que está a ser feito o levantamento, ao nível dos municípios, dos estragos causados pela vaga de mau tempo e que o governo “ainda não recebeu” os relatórios da maioria das situações.

Garantiu, por fim, o Governo vai “ajudar na medida daquilo que é possível e na medida do que são as disponibilidades dos programas para esse efeito, sector por sector”.

Pedro Vinha e o seu apelo aos eleitores

O candidato do PSD à Câmara de Matosinhos, Pedro da Vinha Costa, apelou hoje aos eleitores locais para não confundirem as autárquicas com as legislativas e para não deitarem “fora o voto num protesto inconsequente e ineficaz”.

“Os matosinhenses sabem que nada ganharão em manter aqui, na nossa terra, tudo na mesma e deitar fora o voto num protesto inconsequente e ineficaz. Cada coisa a seu tempo”, afirmou hoje o candidato em Matosinhos,

quando tomou a palavra, na sessão de apresentação da sua candidatura.

Para Pedro da Vinha Costa, os portugueses “podem sentir-se tentados a utilizar as eleições autárquicas deste ano para manifestarem a sua posição sobre a governação do país e sobre esta ou aquela medida do Governo”.

O social-democrata disse, porém, acreditar que os portugueses “saberão distinguir o trigo do joio, não desperdiçando o seu voto”, pelo que “o voto nas eleições autárquicas não provocará uma mudança de Governo, no País ou mudanças nas políticas”, devendo ser “usado para mudar” o Concelho de Matosinhos.

“Tratemos agora da nossa terra, para depois, quando for o tempo, fazermos o juízo que, então sim, poderá e deverá ser feito, com justiça e eficácia sobre a governação do País”, salientou.

O candidato assinalou também que pretende “combater interesses instalados há 37 anos em Matosinhos”, concelho liderado por executivos socialistas desde o 25 de Abril e que tem sido “falado por causa das trocas e baldrocas de quem, por governar Matosinhos há 27 anos, olha para o concelho como se fosse o seu quintal”.

O social-democrata apresentou as linhas mestras que irão orientar a sua candidatura para “Matosinhos vencer” no emprego, no turismo, na restauração, nos sectores tradicionais da terra, na segurança, no ambiente, na cultura, no desporto, na educação, na qualidade da democracia, nas políticas sociais e no seio da Área Metropolitana do Porto.

Quanto a este último ponto, Pedro da Vinha Costa quer que o concelho “se volte a afirmar” e seja “respeitado” junto da junta metropolitana, prometendo ser “inflexível na defesa dos direitos e dos interesses de Matosinhos”.

A aposta no emprego passa pela necessidade de criar “condições para atrair novos investimentos” através de um parque industrial infra-estruturado e políticas fiscais competitivas.

Já no sector do ambiente lembrou os “problemas ambientais graves” que existem em Matosinhos, como “a estilha a céu aberto, a inexistência de ETAR [estação de tratamento de águas residuais] de última geração” e mesmo “níveis de contaminação da água do mar” que têm de ser resolvidos.

Quanto ao desporto, criticou o apoio financeiro “directo ou indirecto” aos clubes de futebol e defendeu que a Câmara deve “apoiar toda a prática desportiva” e “aproveitar as potencialidades” do Mar e da Praia.

Na área das políticas sociais, o candidato do PSD defendeu que a Câmara “não pode nem deve andar a criar instituições particulares de solidariedade social ou associações que absorvem os escassos recursos e servem como agências de emprego para os amigos e camaradas”.

– Fonte: Lusa, Distrital do Porto



Ministro das Finanças esclarece aumento dos prazos dos empréstimos a Portugal

Vítor Gaspar pediu mais tempo para pagar os empréstimos de Portugal e recebeu “afirmações de apoio e suporte” dos parceiros. Este “apoio” traduz uma maior confiança dos parceiros em Portugal e um reforço da credibilidade internacional do país.

Vítor Gaspar argumentou com o facto de Portugal estar a cumprir as metas de consolidação orçamental com que se comprometeu no programa de ajustamento que acompanha os empréstimos europeus.

Esta posição foi concertada com o ministro irlandês das finanças, Michael Noonan, que reivindicou o mesmo tratamento.

O Eurogrupo vai analisar durante as próximas semanas o pedido Portugal, nomeadamente os novos prazos pedidos por Gaspar ou a possibilidade desta medida ser retroactiva (decisão deverá ser tomada na reunião de Março)

Mais uma vez, Portugal é comparado com a Irlanda e está cada vez mais distante da Grécia, aos olhos dos parceiros internacionais.

Gaspar precisou que os pedidos português e irlandês de extensão das maturidades dos seus empréstimos se destina a “garantir a sustentabilidade do acesso pleno” dos dois países ao mercado da dívida para assegurar o seu financiamento, que os dois Governos querem conquistar o mais depressa possível.

Segundo Vítor Gaspar, o pedido recebeu “afirmações de apoio e suporte” dos parceiros.

Jean-Claude Juncker, que ontem presidiu pela última vez ao Eurogrupo depois de oito anos no cargo, limitou-se por seu lado a afirmar que os 17 ministros pediram à Comissão Europeia e ao grupo de trabalho que prepara as suas reuniões mensais para “estudarem todos os problemas relacionados com a extensão das maturidades” dos empréstimos do FEEF a Portugal e Irlanda.

No caso de Portugal, estes empréstimos ascendem a 26 mil milhões de euros do total de 78 mil milhões do programa de ajuda externa. Outros 26 milhões são do BCE. O resto da ajuda externa a Portugal é fornecido pelo FMI.

Enquadramento

Em Novembro passado, os ministros decidiram novo prolongamento das maturidades para o reembolso dos empréstimos gregos para uma duração média de 30 anos.

Não podendo ser comparado com a Grécia, o Governo português sublinhou na altura que não estava em cima da mesa a aplicação de todas as medidas acordadas para a Grécia a Portugal, porque nem todas seriam benéficas. Mas, invocando o princípio da igualdade de tratamento entre todos os países sob programa de ajuda que ficou consagrado na cimeira de Julho de 2011, há medidas (como o alargamento das maturidades dos empréstimos) que, sendo benéficas para Portugal, podem ser aplicadas.

Declarações de ministro das Finanças irlandês

Michael Noonan, titular da pasta das Finanças da Irlanda, revelou hoje que acertou em Dezembro passado com o Vítor Gaspar aguardarem pelo “momento oportuno” para reivindicar a extensão do prazo para pagar os empréstimos.

A Irlanda, que assume actualmente a presidência rotativa da União Europeia – presidindo por isso ao Conselho Ecofin -, argumentou, tal como Vítor Gaspar fizera na véspera, que a extensão das maturidades dos empréstimos se justifica devido ao facto de, no início



dos empréstimos, as mesmas serem muito curtas, e recordou que foi o presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, que abriu a porta para essa possibilidade, em Dezembro passado.

“Depois de alguma discussão com o ministro das Finanças português, Vítor Gaspar, decidimos esperar por um momento mais oportuno, e essa oportunidade surgiu ontem (segunda-feira). Ele tomou a iniciativa e foi apoiado pela Irlanda”, revelou.

Noonan acrescentou que o pedido da véspera se prendeu com os empréstimos concedidos ao abrigo do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) – dos 17 membros da zona euro -, mas que Portugal e Irlanda solicitaram também a extensão dos prazos para os empréstimos do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (o dos 27), o que foi feito hoje, de novo pelo ministro português, já que o irlandês presidia à reunião.

“Ele (Vítor Gaspar) falou outra vez hoje, falou em nome da Irlanda”, e ficou acertado que técnicos da Comissão Europeia vão desde já começar a trabalhar nos “detalhes” das possíveis modalidades de extensão das maturidades dos empréstimos, que o ministro considerou serem necessariamente “vantajosas” para os dois países e facilitará as condições para o seu regresso aos mercados, este ano.

Decisão

Precisamente por esse trabalho técnico ir ter agora início, tanto o ministro das Finanças português, na conferência de imprensa no final do Eurogrupo, ontem à noite, como o comissário europeu dos Assuntos Económicos, Olli Rehn, no termo da reunião de hoje do Ecofin, se escusaram a detalhar quais os possíveis moldes da eventual extensão das maturidades dos empréstimos, nem tão-pouco se as mesmas podem acarretar uma subida dos juros a pagar.

Rehn sublinhou que há várias opções que a Comissão vai preparar – sem as precisar – e sublinhou que os dois

fundos através dos quais Portugal e Irlanda receberam ajuda têm mecanismos e processos de tomada de decisão diferentes, pelo que há que trabalhar em busca das “soluções técnicas e políticas” apropriadas.

Bruxelas acredita que os ministros das Finanças poderão vir a estar em condições de tomar uma decisão no Conselho de Março (dia 05).

A confirmar-se uma decisão favorável relativamente às pretensões de Lisboa e Dublin – e, hoje mesmo, Rehn já fez saber que a Comissão apoia o pedido -, esta será a segunda “benesse” de que Portugal beneficiará desde que está sob programa de ajustamento, depois da extensão do prazo para corrigir o défice das contas públicas.

Reacção do PSD

O PSD vê na decisão do Governo um sinal positivo. O líder da bancada parlamentar social-democrata diz que se trata de um voto de confiança no país.

“Este sinal é acima de tudo um sinal de confiança. Confiança na nossa capacidade de cumprir as nossas obrigações e os nossos compromissos internacionais e confiança também relativamente ao futuro. Porque associado a este pedido está o nosso possível regresso ao mercado primário de obrigações, isto é, nós podemos vermo-nos livres destes condicionamentos que, o facto de estarmos a ser financiados em função do programa financeiro, nos trazem às decisões políticas e financeiras. E, portanto, é sobretudo um sinal de confiança.”

“Se o pedido tivesse sido feito há um ano, a resposta não teria sido positiva. Fizemos o pedido agora porque já tivemos um período de cumprimento. Era necessário demonstrar que éramos capazes de cumprir o programa”.

Para o líder parlamentar do PSD, a grande vantagem da extensão do prazo do empréstimo é «permitir aliviar o esforço» pedido «a toda a sociedade, às pessoas e às empresas e que se possa ter uma economia mais dinâmica».

Jaime Neves não será esquecido pelos que acreditam na Democracia

‘O comando’ do 25 de Novembro, controverso e sem “papas na língua”, foi um dos principais rostos do fim do PREC. Ganhou muitos anticorpos, mas é recordado como um “guerreiro”

Nunca foi um militar de secretaria, era conhecido por “não ter papas na língua”, frontal e mereceu, em livro, um capítulo sobre o seu lado boémio. O major-general Jaime Neves, com a patente atribuída na reserva, em 2009, faleceu no Domingo passado, às 6 da manhã, com 76 anos, no Hospital Militar, em Lisboa, devido a problemas respiratórios.

O funeral realizou-se para o talhão militar e com as honras devidas, no Cemitério do Alto de São João. Para a História fica a sua acção como militar de primeira linha, na guerra de África, mas a sua imagem mais conhecida é a do seu papel no 25 de Novembro de 1975, em que comandou o regimento de comandos e coordenou as acções que fecharam o Processo Revolucionário em Curso (PREC), com o ataque dos comandos aos revoltosos do quartel da Calçada da Ajuda, em Lisboa. Era um dos mais condecorados militares do Exército português.

Passado a reserva e depois à reforma, desde 1981, com a patente de coronel, Jaime Neves mereceu a atenção de dois Presidentes da República. Mário Soares atribuiu-lhe a medalha de Grande Oficial com Palma, da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e Cavaco Silva assinou o despacho de promoção a major-general, na sequência de um pedido do antigo Presidente da República Ramalho Eanes, seu companheiro de armas, e do general Rocha Vieira.

Em 2009, a “associação 25 de Abril”, chefiada por Vasco Lourenço e o PCP contestou essa decisão, mas o processo era irrevogável. O pedido foi entregue pelo então ministro da Defesa, Severiano Teixeira, no Governo de José Sócrates.

Os seus verdadeiros companheiros de armas lembram-no como um “guerreiro”. Loureiro dos Santos, colega na academia militar, não poupa elogios ao seu carácter, ainda que controverso. Quando foi promovido e percebeu a contestação, respondeu: “Os cães ladram, a caravana passa!”

“São raros os homens da fibra de Jaime Neves”

O Presidente da República, Cavaco Silva, enviou uma mensagem de condolências à família de Jaime Neves, considerando-o “um exemplo inspirador de dedicação ao País” e um lutador pela liberdade.” São raros os



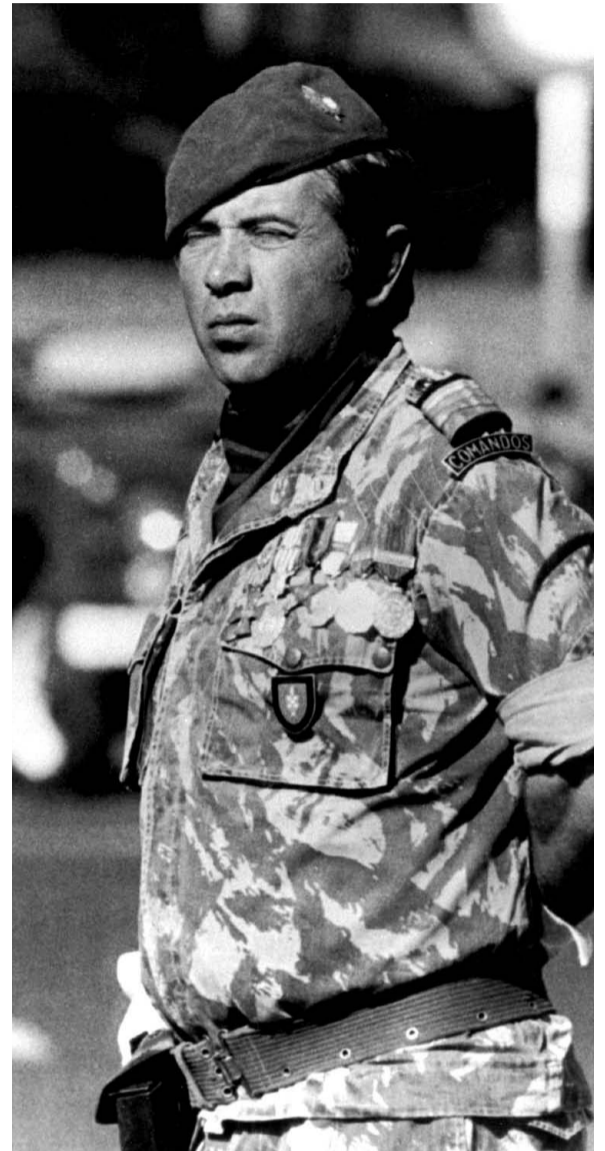
homens da fibra de Jaime Neves” afirma Cavaco Silva numa mensagem publicada no site oficial de Belém, na qual enalteceu o seu percurso e a sua “coragem extraordinária”

“Um militar de exceção” para Passos Coelho

“O general Jaime Neves foi um militar de exceção, um homem que deixou uma contribuição extraordinária para a implantação da democracia no nosso país”, afirmou ontem o Primeiro-Ministro, a partir do Chile, onde se encontrava em missão oficial. Passos Coelho lembrou que o general “esteve envolvido no movimento dos Capitães de Abril, em 1974, e foi as peças mais relevante para o desfecho do 25 de Novembro”.

“O País é filho da sua coragem” – Assunção Esteves

A presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, recordou hoje o major-general Jaime Neves como um “protagonista principal” do processo



democrático em Portugal, afirmando que o país “é filho da sua coragem”.

“A presidente da Assembleia da República lamenta a morte de Jaime Neves: Jaime Neves foi um protagonista principal nos primórdios do nosso processo democrático, esse mesmo em que Portugal renascia da ditadura. Em momentos decisivos foi para nós decisivo, podemos dizer que somos todos filhos da sua coragem”, afirmou a presidente do Parlamento, numa nota oficiosa.

- Fonte: Lusa



Conselho de Ministros de 24 de Janeiro de 2013

1. - O Governo aprovou um diploma que procede à extinção da pessoa colectiva Hospitais Cívicos de Lisboa e transfere para o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E., o património que subsiste na sua titularidade, bem como todos os direitos e obrigações.

O Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E., é assim dotado de um título habilitante para a prática de actos de administração que se revelam necessários à gestão do património ainda na titularidade dos Hospitais Cívicos de Lisboa.

2. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração do Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E., composto por um presidente e quatro vogais executivos, assegurando-se a continuidade de funções de três dos quatro membros em funções.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações. – Gab. PCM

Encontro com as estruturas do PSD de Aveiro



No passado dia 23, estiveram reunidos, na Sede Nacional do PSD e em trabalho de preparação das próximas Autárquicas-2013, Deputados pelo círculo de Aveiro, Presidente da Distrital e das Concelhias, e Autarcas, com o Secretário-Geral nacional, José Matos Rosa e o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva.

Luís Menezes

“Estamos no caminho certo para tirar o país da crise”

“Já cumprimos até ao momento, mais de um ano e meio desta legislatura. O esforço que o país fez, os sacrifícios que os portugueses enfrentaram e as dificuldades deste período são conhecidas e sentidas por todos sem excepção. Mas a última semana tem mostrado que as políticas desenvolvidas por este governo começam a mostrar os seus resultados. No princípio da semana, ficámos a saber que o défice irá ficar próximo dos 5 por cento, o que nos permitiu, juntamente com a Irlanda, pedir a prorrogação do prazo de pagamento da nossa dívida às instituições internacionais que nos financiaram. E hoje mesmo, Portugal acaba de regressar aos mercados de emissão de dívida pública, com uma emissão de dívida a 5 anos, no valor de 2,5 mil milhões de euros, que teve uma procura de mais de 10 mil milhões de euros, e uma taxa de juro abaixo dos 5 por cento, a taxa mais baixa dos últimos 30 meses”. Esta foi a ideia central com que Luís Menezes iniciou uma declaração política, em nome do PSD, na quarta-feira, dia 23 de Janeiro.

Para o deputado, este evento é da maior relevância para o país, para as suas empresas, e para os portugueses porque: “o regresso do Estado Português aos mercados financeiros é uma alavanca essencial para potenciar a ida aos mercados por parte das nossas empresas e instituições financeiras, a custos mais baixos, aumentando assim a sua competitividade, no caso das empresas, e a capacidade de cedência de crédito às empresas e às famílias, no caso das instituições financeiras; nos juntamos à Irlanda e nos afastamos do cenário da Grécia; este regresso do Estado Português aos mercados financeiros, deve ser visto como um sinal de inversão da situação em que o país mergulhou com o pedido de ajuda externa feito pelo anterior governo do PS. Sem entrar em euforias, ou populismos que seria fácil de cavalgar, estes sinais objectivos de que estamos no caminho certo para retirar o país da crise, devem ser valorizados, difundidos e comparados”.

“Da mesma forma que no passado, os défices excessivos de quase 10 por cento e a nossa perda de acesso aos mercados financeiros foram sinais evidentes de que o rumo era desastroso, e que iríamos ter grandes dificuldades pela frente para o inverter, hoje, o facto de termos reduzido o nosso défice para próximo dos 5 por cento e o regresso aos mercados financeiros devem ser vistos por todos como um sinal de inversão e de esperança”.

O vice-presidente da bancada do PSD enumerou os vários factores que contribuíram para esta situação e enfatizou que “o PS devia perceber que desvalorizar todo o esforço interno feito nos últimos 19 meses, é uma falta de respeito para com os milhões de portugueses, que estão a passar por enormes sacrifícios, por grandes privações, para retirar o país do buraco em que o próprio PS nos deixou em Junho de 2011”. “Ao contrário do que disse ontem o líder do PS, que teve razão no tempo certo, nós queremos dizer-lhe exactamente o contrário: o PS esteve errado, no tempo errado. O governo tem sido um gestor sábio deste memorando. E que não fique aqui qualquer margem

para dúvidas: o país só conseguiu rever as metas do deficit do memorando, e pedir agora uma melhoria das condições de pagamento do nosso empréstimo à troika, pelo capital de credibilidade que este governo tem obtido juntos das instâncias internacionais, fruto do cumprimento escrupuloso do programa de assistência financeira, e dos enormes sacrifícios que os portugueses tem conseguido suportar para reganhamos a nossa soberania financeira. O sucesso do Programa de Ajustamento Financeiro, e a recuperação da nossa soberania só está a ser possível, por termos um governo firme e determinado, mas acima de tudo porque os portugueses tem tido uma postura de coragem sem perante os enormes sacrifícios com os quais temos tido que viver”.

Luís Menezes recordou que o regresso aos mercados devem ser vistos como sinais positivos, de inversão e de esperança, mas não devem ser levados para o plano da euforia, porque ainda há muito por fazer. De nada valerá o nosso regresso aos mercados, se o mesmo não for acompanhado de uma redução estrutural do nosso deficit orçamental para níveis sustentáveis. E para o fazer, refere o deputado, devemos ter a coragem de olhar para os problemas de frente e falar da Reforma do Estado. “O Parlamento não pode, de maneira alguma, ficar à margem deste debate. Seria uma menorização intolerável do próprio Parlamento no contexto institucional onde se insere, e seria uma desresponsabilização inexplicável perante os cidadãos que nos elegeram. A oposição, mas o PS em particular, têm tentado fugir a este debate. Por isso deixo aqui um apelo penhorado a todos os partidos responsáveis deste Parlamento: que olhem para esta comissão como um grande fórum de debate, aberto, plural, sem tabus. O Parlamento é isto tudo. Democracia, pluralidade, debate sem restrições. Continuamos a acreditar que a oposição e o PS não vão alinhar por um boicote ao debate que marcará o futuro das próximas gerações de portugueses. Boicotar este debate que seria um boicote ao futuro do país”.



Luís Vales

Modernização do troço ferroviário Caíde-Marco vai avançar

O Parlamento analisou, dia 23, uma petição que defende a remodelação e electrificação da Linha do Douro, no troço Caíde - Marco de Canaveses, a remodelação das Estações Marco, Livração e Vila Meã e a requalificação da Linha do Tâmega.

Em representação do PSD, o deputado Luís Vales, começou a sua intervenção saudando os petiçãoários, nomeadamente o autarca de Marco de Canaveses, Manuel Moreira, enquanto primeiro subscritor da petição. Luís Vales recordou que “o Plano Estratégico de Transportes 2011-2015 revela a existência de uma dívida acumulada de 17 mil milhões de euros, que tornaram inviável o funcionamento do sector de transportes nos moldes em que estava a funcionar, pondo mesmo em risco o serviço insubstituível que é suposto prestar às

populações e até os postos de trabalho existentes”.

Em Outubro de 2006, esclareceu o social-democrata, o Governo de então defendia que a ligação Porto-Régua era considerada “uma linha estruturante” para a rede ferroviária nacional, tendo a REFER dividido a obra de electrificação e beneficiação do troço entre Caíde e Marco de Canaveses em duas empreitadas, que iria permitir trazer os novos comboios suburbanos de tração eléctrica até Marco de Canaveses, mas que se ficou pelas intenções. Ainda em 2009, a ex-secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, lançou um concurso para a modernização e electrificação da linha do Douro entre Caíde e Marco de Canaveses. O custo previsto da obra (em duas fases) era superior a 70 milhões de euros e tinha um prazo de execução de dois anos. “Em 2010, o Governo da altura cancelou o concurso, ao mesmo tempo que gastava em projectos e obras cerca de 30 milhões de Euros – caso da terceira travessia sobre o Tejo. Um projecto megalómano que nunca se veio a concretizar. Ou seja, este valor daria para fazer 3 electrificações da linha Caide-Marco. Ainda recentemente, pela voz do deputado Renato Sampaio, o PS suscitou no Parlamento uma recomendação ao Governo, para que se requalifique e electrifique este troço da Linha do Douro entre Caide e Marco de Canaveses, quando durante 6 anos se mantiveram calados, chumbando recomendações do PSD, do BE e do PCP”.

Perante este cenário, o PSD apresentou um projecto de resolução próprio, votado e aprovado por todas as forças políticas à excepção do BE, recomendando ao Governo que a aposta prioritária incida sobre investimentos criteriosos de proximidade, com benefício efectivo das populações e economia locais, em detrimento de projectos mais mediáticos, mas exigentes de avultados recursos e por essa razão de inexistência certa no contexto actual.

Apoio social deve ser uma prioridade da autarquia bracarense



No seguimento de um conjunto de contactos no terreno que têm por finalidade estabelecer um diálogo directo com cidadãos, associações e agentes do concelho de Braga, Ricardo Rio visitou, dia 24, a Associação Cultural e Recreativa de Cabreiros e o Centro Comunitário de São Martinho de Dume. A visita a estas duas instituições sociais permitiram ao líder da coligação "Juntos Por Braga" conhecer por dentro a realidade das instituições, tendo Ricardo Rio destacado o trabalho "fundamental" que as IPSS desempenham nas comunidades onde estão inseridas e a necessidade de a Câmara Municipal valorizar uma "lógica de cooperação" com as mesmas.

"Numa altura complicada, em que muitas famílias estão a passar por dificuldades, é importante que lhes seja dado o maior apoio possível. Nesse sentido, o trabalho de proximidade que estas instituições estão a desenvolver é muito importante para melhorar as condições de vida de muitas pessoas", afirmou Ricardo Rio, no final das visitas, destacando que o apoio social, "ao contrário do que tem acontecido, deve ser uma prioridade da autarquia".

Durante a visita à Associação Cultural e Recreativa de Cabreiros, o líder da coligação ficou a conhecer, em detalhe, o projecto de ampliação das instalações do lar. "A ampliação do lar, de forma a poder albergar mais idosos, é uma obra que se reveste da maior urgência, já que não conseguimos dar resposta a todas as solicitações. Esta é uma valência com uma enorme procura e que não existe nas redondezas", afirmou António da Rocha Araújo, Presidente da Associação, que explica que, depois com as obras, será possível criar lugares para mais 30 utentes.

Esta IPSS, sediada em Cabreiros, mudou-se para novas instalações em 2007, onde funciona actualmente o lar, o centro de dia e a creche. A instituição dispõe ainda de um ATL, que funciona nas antigas instalações, e disponibiliza apoio domiciliário aos idosos, sendo a única resposta do género nesta zona do território de Braga.

António da Rocha Araújo aproveitou a ocasião para "lamentar profundamente"

a falta de apoios da Câmara Municipal à instituição. "Por parte da autarquia, nunca tivemos qualquer tipo de ajuda, nem financeira nem logística. Como costume dizer, 'nunca nos apoiaram sequer com um cêntimo'. Era importante para nós e para os nossos utentes podermos contar com uma postura mais colaborante do município", declarou. Também Ricardo Rio criticou esta atitude "inexplicável e incompreensível" da Câmara Municipal: "Estamos a falar de uma associação com um trabalho de enorme mérito e que sempre lutou pelo melhor interesse dos cidadãos. Pena é que a Autarquia não partilhe dessa mesma preocupação".

"Construção das novas instalações é um sonho de todos os responsáveis do Centro Comunitário de Dume"

Fundado em 1998, o Centro Comunitário de São Martinho de Dume tem em andamento um projecto para construção de um edifício que vai albergar as valências de centro de dia, creche, ATL, lar de idosos e serviço de apoio domiciliário. Esta obra, que se começou a desenhar em 2007, espera apenas um parecer da Segurança Social para se iniciar e dar uma "nova vida" à instituição.

"A construção das novas instalações é um sonho de todos os responsáveis do Centro Comunitário e, acreditamos nós, de todos os cidadãos de Dume e das freguesias circundantes. É um projecto que vem colmatar uma necessidade social, não só da freguesia de Dume, como de muitas freguesias próximas", disse Beatriz Patrino, presidente do centro.

Por agora, a associação continua a desenvolver a sua actividade nas instalações da Junta de Freguesia de Dume, com quem estabeleceu um contrato de comodato. "Nas condições atuais, apenas nos é possível ter cozinha, ATL, apoio domiciliário e um gabinete de atendimento e acompanhamento social. Face às necessidades e às inúmeras solicitações de apoio com que nos deparamos, queremos o mais rapidamente possível alargar as nossas valências e melhorar os serviços sociais que prestamos às pessoas", afirmou Beatriz Patrino, que assegurou que a construção das novas instalações será "um passo de gigante" nesse sentido.

Por seu turno, Ricardo Rio elogiou o empenho e a vontade dos responsáveis do Centro Comunitário de Dume e a colaboração prestada pela Junta de Freguesia (cujo Presidente, Romeu Gomes, acompanhou a visita), que considerou "um excelente exemplo a seguir". "É com enorme alegria que vejo que esta é uma instituição com todas as condições para evoluir e para se tornar numa mais-valia social ainda maior para a zona. Espero voltar a Dume muito em breve para visitar as novas instalações e as novas valências do Centro, que por certo vão suprimir uma carência nesta zona do concelho e libertar o espaço actual para o usufruto pela Associação de Reformados e Pensionistas de Dume", destacou.



PSD quer esclarecimentos sobre as dificuldades financeiras das cooperativas de lacticínios



O PSD/Açores vai apresentar uma iniciativa parlamentar para que sejam conhecidas “as verdadeiras dificuldades financeiras das cooperativas de lacticínios na região”, permitindo à Comissão de Economia “elaborar um relatório sobre essas mesmas dificuldades. Para se encontrarem as melhores soluções, é necessário conhecer a realidade de um problema que, até às eleições regionais, pareceu não existir”, referiu o vice-presidente da bancada social-democrata, António Ventura.

Falando após uma reunião com a direcção da Uniqueijo, na ilha de São Jorge, onde foi acompanhado pelo deputado local António Pedroso, Ventura avançou que “o PSD está muito preocupado com a situação de pré-falência que vive o sector cooperativo dos lacticínios em São Jorge. São cerca de 15 milhões de euros de dívida, num problema que não é restrito desta ilha”, explicou.

“Infelizmente, estamos a falar de um problema com dimensão regional, uma vez que também ocorre na ilha do Pico, chegando-nos ainda informações muito dramáticas de outras ilhas”, disse o parlamentar, frisando que “é urgente um acompanhamento do Parlamento, atendendo às repercussões económicas e sociais negativas sobre os açorianos”.

De acordo com o deputado do PSD, “existem culpados no processo”, uma vez que “as políticas seguidas, apesar dos milhões anunciados, forçaram uma concentração dos lacticínios em São Jorge, que não criou a desejada sustentabilidade. Ou seja, vivemos uma virtualidade, pois essa política falhou e os resultados são visíveis”, disse António Ventura, adiantando que o PSD “está disponível para contribuir para as soluções, evitando a falência de mais um sector na região, depois do turismo e da construção civil”.

PSD quer “transporte dos produtos locais” em navios nos meses de Verão



O PSD/Açores questionou o governo regional sobre a possibilidade de permitir “o transporte de carga de produtos frescos nos navios de passageiros ao serviço da região durante os meses de verão”, uma proposta “para acabar com os atuais constrangimentos do transporte por via aérea de produtos locais, nomeadamente face à capacidade de escoamento e

ao preço final”, disse o deputado João Bruto da Costa.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata especifica a hipótese “de ser facultado o transporte de produtos frescos naqueles navios, nas ligações em que não exista oferta para o transporte entre a ilha Graciosa e a ilha de destino no mesmo dia”, explicando que se poderia “reduzir em 50% o preço do frete, abrindo uma política eficaz no desenvolvimento da actividade produtiva da ilha”, avança.

Segundo João Bruto da Costa, “a Graciosa depende em grande medida da produção e da consequente exportação dos produtos locais, que apresentam uma qualidade permanente, a que se associa a forte determinação dos seus empresários agrícolas em empreender uma actividade que pode, e deve, contribuir para a criação de riqueza”, afirma.

O deputado do PSD dá como exemplo um dos produtos com maior notoriedade da Graciosa, “como é o caso da meloa, em que a via marítima será o meio de transporte por excelência para fazer crescer a sua rentabilidade, especialmente levando-a ao restante Grupo Central”, isto quando a Graciosa “tem apenas ligação directa de transporte marítimo de carga com a ilha Terceira, fruto da actividade da empresa Transportes Marítimos Graciosenses (TMG)”.

No documento, João Bruto da Costa acrescenta que são sobejamente conhecidos “os anseios dos produtores graciosenses por uma rede de transportes eficaz, e a preços que permitam assegurar a viabilidade económica das explorações, assim como o seu crescimento e desenvolvimento”, sendo “de vital importância que os navios permitam o transporte de produtos frescos, permitindo criar um mercado interno que responda aos desejos dos produtores locais”, conclui o deputado.

Câmara da Praia da Vitória responde “com habilidades financeiras à maior dívida de sempre”



O PSD da Praia da Vitória acusa a gestão socialista do município de responder com habilidades financeiras “à maior dívida de sempre do concelho, revelando não ter estratégia de desenvolvimento nem definição de prioridades”. A responsável pela concelhia, Judite Parreira, considera que “o excesso de endividamento público” da actual gestão camarária “constitui uma pesada

herança para as gerações futuras”.

Judite Parreira falava em conferência de Imprensa, dia 23, após a reacção da autarquia a um relatório do Tribunal de Contas (TC), “entidade idónea, isenta e competente na matéria, que veio dar razão aos argumentos do PSD, aquando da recente auditoria às contas do município, apurando uma dívida superior a 30 milhões de euros”. Para o PSD local, esses resultados “devem-se exclusivamente à irresponsabilidade e má gestão do actual elenco camarário”.

Confrontada com o alegado crescimento do património municipal, Judite Parreira avançou que, “o presidente é muito hábil a jogar com os números e, nuns golpes de mágica, faz parecer que uma dívida de milhões é uma dívida de tostões. Em relação ao património municipal, é possível que ele ascenda a esses 140 ou 145 milhões de euros que referiu, mas era preciso que se conseguisse alienar o património todo”, explicou.

A concelhia praiense do PSD não reconhece “legitimidade política” ao presidente da câmara “para defender mandatos anteriores, pelo que se deve pronunciar apenas sobre a governação dos últimos sete anos”, lembrando que, “durante a gestão do PSD”, a autarquia foi objecto de “inúmeras inspecções por variadíssimas entidades, nunca se tendo verificado um resultado tão arrasador como relata agora o TC, e sendo que a dívida do município em 2005 se situava nos 8,4 milhões de euros, e que os últimos seis anos mais do que triplicou”, realçou a social-democrata.

Balsemão indigitado Primeiro-Ministro

Terminados os trâmites constitucionais necessários, o Presidente da República indigitou ontem Francisco Pinto Balsemão para o cargo de Primeiro-Ministro do VIII Governo Constitucional. A indicação do nome do Presidente do PSD foi da responsabilidade do Partido, após ter sido informado por Francisco Balsemão que considerava reunidas as condições para tal reputadas indispensáveis.

A disponibilidade de Balsemão fora revelada no passado dia 20, em carta dirigida a Nuno Rodrigues dos Santos, presidente da Mesa do Conselho Nacional do PSD. E essa carta que dada a sua importância, publicamos seguidamente:

Senhor Presidente e meu bom amigo:

Decorrido o período de reflexão que considere indispensável para avaliar da existência de condições que me permitam aceitar a designação para o cargo de Primeiro-Ministro do VIII Governo Constitucional, conforme deliberado no n.º 1 da moção aprovada na última reunião do Conselho Nacional, venho comunicar a V. Exa. o seguinte:

1. Considero que a moção acabada de referir clarifica largamente a situação dentro do nosso partido:

— porque, através dela, foi possível chegar a um vasto e positivo consenso, como o demonstram os resultados da votação secreta (58 votos a favor, 1 contra e 3 abstenções), consenso esse mais alargado ainda do que o obtido quando da minha designação para o cargo de Primeiro-Ministro do VII Governo Constitucional;

— porque a moção em causa não ilude nenhuma das questões que estiveram na origem da minha demissão do exercício das funções de Primeiro-Ministro: quer ao afirmar que não foram assumidas as alternativas políticas ou pessoais apresentadas por alguns membros do Conselho Nacional ou, publicamente, por militantes e órgãos do partido;

quer reconhecendo que a Comissão Política Nacional, à qual presido não é responsável por não terem sido encontradas soluções de consenso na reunião anterior do Conselho Nacional, consenso que, aliás, tanto a CPN como eu próprio, procurámos desde sempre; quer reafirmando as linhas de orientação e de estratégia políticas aprovadas no último Congresso; quer exigindo a todos os militantes e a todos os níveis, a colaboração política e pessoal para a prossecução e implementação das opções do partido; quer, finalmente, não admitindo que o exercício do direito de opinião e de crítica, pelos dirigentes e militantes, se faça fora dos órgãos próprios do partido e com graves prejuízos para este, devendo circunscrever-se a essa sede o exercício normal e não abusivo de tal direito e dever.

2. Entendo que os contactos efectuados com os líderes dos dois outros partidos integrantes da Aliança Democrática permitem encarar o futuro da AD, nos seus vários níveis, e nomeadamente no plano governamental, com serenidade e confiança, de modo a que:

— se ponha termo a um determinado clima de incerteza e de interinidade que tem dificultado a construção, numa base sólida e ope-

racional, da articulação entre o Governo, os partidos da AD e a maioria parlamentar;

— se mostre ao país que a nossa opção foi feita numa perspectiva de futuro e idealizada para, através da governação, concretizar um projecto político de mudança da sociedade.

Para tal, existe um consenso no sentido de que, sem delongas nem ambiguidades, é necessário mostrar o comprometimento efectivo e global dos três líderes da AD e dos principais dirigentes dos partidos que a compõem, através de uma clara definição de funções na Assembleia da República, no Governo ou no aparelho do Estado.

3. Nestas circunstâncias, e tendo também em conta que, como afirma a moção aprovada na última reunião do Conselho Nacional, o PSD não pode abdicar das suas responsabilidades como maior partido português, nem deve participar na degradação da situação nacional e das instituições democráticas, reconheço dever aceitar a designação partidária para o exercício das funções de Primeiro-Ministro do VIII Governo Constitucional.

4. Quero ainda salientar que, ao apresentar o meu pedido de demissão no dia 9 de Agosto, o fiz por motivos de ordem essencialmente moral, como aliás o Conselho Nacional o reconheceu na sua última reunião.

Nunca pretendi demitir-me para voltar a ser chamado. Preferi, para bem do partido, da AD e do próprio regime democrático, que outras alternativas surgissem e que sobre elas se procurasse o possível consenso, colocando-me, como afirmei na minha intervenção inicial da última reunião do Conselho Nacional, à disposição do partido, como aliás é minha obrigação na qualidade

de seu presidente, para contribuir para a viabilização da solução que surgisse.

A situação evoluiu, no entanto, nos termos que são do conhecimento público.

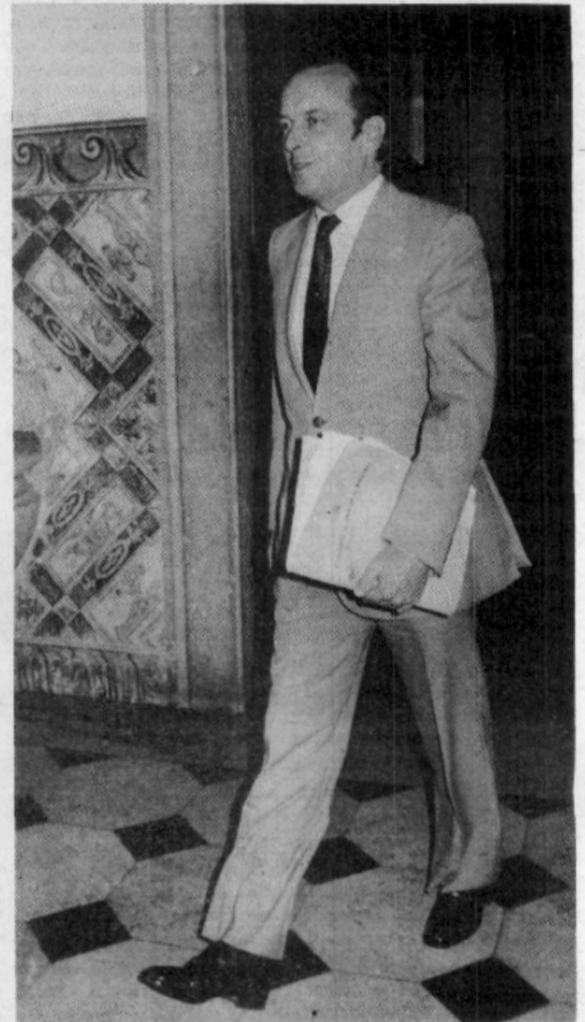
É, pois, pela afirmativa e não por exclusão de partes que, desta vez, o meu partido me vem confiar a tarefa ingrata de constituir Governo, se, para tal, for indigitado pelo Presidente da República. E é por isso mesmo, pelo facto de a designação ser feita pela afirmativa, que a aceito, porque entendo não haver, nessas circunstâncias, qualquer quebra ou contradição relativamente à atitude moral de demissão que decidi tomar em 9 de Agosto e da qual não estou minimamente arrependido. Além de que o interesse nacional e a consolidação da democracia em Portugal assim o parecem exigir.

Desejo, através da pessoa da V. EXa., manifestar o meu apreço a todos aqueles que, ao longo de horas de negociação nem sempre fácil, contribuíram para que o Partido Social Democrata, como partido democrático no poder (as pessoas são o que menos interessa), saísse robustecido desta crise, e façam minhas as palavras do ponto 3. da moção aprovada na última reunião do Conselho Nacional, apelando à unidade de todos os dirigentes e militantes sociais-democratas e à sua disponibilidade para o diálogo a todos os níveis, para o engrandecimento do PSD e desenvolvimento do ideal social-democrata.

Lisboa, 20 de Agosto de 1981

Aceite, senhor Presidente, os meus muito afectuosos cumprimentos,

Francisco Balsemão



Pinto Balsemão ontem, à saída de Belém, revelou aos jornalistas que o Presidente da República lhe acabou de dirigir convite para chefiar o VIII Governo Constitucional, convite que aceitou. Na qualidade de Primeiro-Ministro indigitado, Pinto Balsemão iniciou já os contactos para a formação do Governo

Esclarecimento de Moura Guedes

A propósito de uma notícia vinda a público nos órgãos de Informação do passado dia 17, tenho a esclarecer que as declarações que me foram atribuídas não correspondem ao sentido com que foram proferidas.

Efectivamente, ao sair da reunião do Conselho Nacional do Partido, que se realizou no último fim-de-semana, limitei-me a afirmar que me manifestava contra o rolar de cabeças no PSD.

No que se refere ao prof. Freitas do Amaral esclareço que tenho por ele o maior respeito e consideração, tanto no aspecto intelectual como político, pelo que nunca poderia desejar o seu afastamento da vida política portuguesa, onde penso que a sua presença é indispensável.

19 de Agosto de 1981

Afonso Moura Guedes



A confiança da banca

Jaime Quesado (*)

O regresso antecipado de Portugal aos Mercados responsabiliza os actores económicos para um novo desafio de ambição. As empresas começam a ter um contexto mais estável para o seu trabalho mas terá que ser a banca a dar um sinal de confiança. As Autoridades Portuguesas têm que ser firmes na definição de uma "Agenda de Mudança" que mobilize os agentes empresariais e outros para as reestruturações que têm que ser levadas a cabo. Ou seja. Os agentes empresariais, para utilizar a feliz expressão de Ram Charan recentemente em Lisboa, "têm que reinventar a sua missão, alterar a estrutura de financiamento e projectar novos produtos e serviços para o futuro". A confiança da banca não pode ser um sinakl - tem que ser um acto de compromisso efectivo.

Esse "Contrato de Confiança" entre o Sistema Financeiro e o Sistema Empresarial não pode de forma alguma assentar unicamente numa definição formal por decreto avalizada pelas Autoridades Centrais - tem que se materializar na operacionalização efectiva de acções concretas no dia-a-dia da actividade económica, centradas na activação dos circuitos em que assenta a cadeia de valor da criação de riqueza e que envolve todos aqueles que conseguem acrescentar uma componente de diferenciação qualitativa na concepção de novos produtos e serviços. As Empresas têm que dar provas concretas de que estão claramente apostadas num projecto estratégico de modernização qualitativa, mas a Banca tem que saber assumir de forma objectiva o seu papel de Parceiro Operacional activo neste projecto colectivo de reinvenção da Economia Portuguesa e da sua capacidade de afirmação internacional.

Este Novo Contrato de Confiança terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que as Empresas se reinventam como actores centrais numa nova aposta na criação de valor passa em primeiro lugar por um complexo mas necessário processo de reconversão do tecido empresarial nacional. Mas não basta. É de facto fundamental que os outros actores do Sistema, com particular incidência para a Banca, assumam as suas responsabilidades.

O que está verdadeiramente em causa é a capacidade de o sistema voltar a ganhar capacidade de autofuncionamento em rede. Isso exige Confiança para o Futuro. Impõe-se por isso um Novo Contrato Estratégico na Economia Portuguesa. Uma Nova Agenda Económica ganha assim sinais de prioridade. Será o passo fundamental para fazer reganhar a confiança para o futuro. A Economia Portuguesa precisa de um novo acto e só com a confiança da Banca conseguirá sustentar esse novo passo decisivo para o seu crescimento. Um crescimento partilhado, assente na criação de valor e na integração nas noivas redes globais de competitividade.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Sagradas famílias

João Pereira Coutinho (*)

José Sócrates justificou a sua vida em Paris com empréstimos bancários e mesadas da família.

Sobre a família, invejo-o: eu, da minha, só recebo meias e cuecas. Sobre o Banco, qual será? Em época de aperto, o engenheiro podia partilhar com os nativos essa instituição benemérita que não lhe fechou a torneira. Até porque os portugueses continuam a pensar que 'viver da dívida' não é, como dizia o engenheiro, 'coisa de crianças'. Basta ver a excitação com o regresso de Portugal aos mercados. Uma boa notícia? Sim, mas é necessário: que a economia dê sinais de vida/.../ que a dívida pública (não) continue a galopar; (que) o Estado não permaneça irreformado; /.../

A menos que Portugal arranje uma família como a de Sócrates. O tio Draghi, por mais generoso que seja, não chega para tanto.

(*) Colunista, © CM



A tralha socrática

Luís Marques Mendes (*)

1 - Na semana passada, com o regresso aos mercados, foi impossível não nos lembrarmos de José Sócrates.

Afinal, foi por causa das suas políticas que fomos afastados dos mercados. Foi por decisão do seu Governo que tivemos de recorrer à troika. Foi a irresponsabilidade da sua acção que nos obrigou a este duro programa de austeridade. Apesar de tudo isto, no momento em que o País iniciou o regresso aos mercados, o que disseram os socráticos e afins? Que não foi grande vitória. Mas que, a haver algum mérito, ele é apenas, veja--se bem, do BCE e da União Europeia, nunca de Portugal, do Governo ou dos Portugueses. Com tamanha miopia, só lhes falta mesmo explicar como é que, então, a Grécia não regressa também aos mercados. Que se saiba, ainda está na União Europeia e subordinada ao Banco Central Europeu!

É difícil descortinar maior desonestidade política. Primeiro, atiram o País para fora dos mercados e obrigam-no a uma terapia de choque sem precedentes. Depois, andam meses a fio a proclamar que o regresso aos mercados em 2013 é uma miragem. E, quando o sonho se torna realidade, o mérito é dos outros. Nem uma palavra de cumprimento ao Governo e de agradecimento aos Portugueses. Eis-nos chegados ao grau zero do exercício político. Isto já não é só maledicência e ressabiamento. É sobretudo a política feita sem um mínimo de respeito pela verdade, pela ética e pela coerência.

2 - A pretensa impunidade socrática não se afirma apenas no País. Ela ressurgiu agora também dentro do Partido Socialista. De repente, os socráticos querem abrir uma crise de liderança no PS e voltar ao poder cavalgando às costas de um novo líder. Depois de terem deixado o País à beira da bancarrota e o partido com uma derrota histórica, voltaram para fazer a vida negra à liderança da oposição. O bom senso recomendaria a esta gente um bom período de nojo, algum comedimento e um certo respeito pela memória colectiva. Mas não.

A sede de governo, a vontade de vingança e a gula pelo poder são mais fortes do que o respeito por quaisquer princípios ou convicções. E isto admitindo que ainda há uma réstia de princípios e de convicções onde só se nota arrogância, falta de regras e ausência de escrúpulos.

(*) Conselheiro de Estado , ex-Presidente do PSD



Uma questão de confiança

João César das Neves (*)

A confiança é uma das coisas mais frágeis, mais belas e mais indispensáveis da vida. É tão difícil ganhar a confiança! É tão fácil perder a confiança! É tão necessário ter confiança! Uma relação sólida entre duas pessoas, dentro de um grupo ou, melhor, em todo um povo, é algo maravilhoso e precioso. Só que uma vez quebrada, dificilmente recupera.

Vivemos neste momento, em Portugal e no Mundo, um episódio de ruptura da confiança. Os sistemas em que nos baseávamos, as promessas que nos fizeram, as decisões que tomámos, as esperanças que tínhamos, foram abalados. A cada passo vemos pessoas desiludidas, desanimadas, ofendidas, enfurecidas. Não é preciso perguntar porquê.

Tudo isto é compreensível e natural e repetiu-se ao longo da história. Hoje notamo-lo mais, precisamente porque nos últimos tempos estas crises são menos frequentes, o que torna cada uma mais notória. Antes eram habituais. O surpreendente, sempre, não é que aconteçam, mas que sejam raras. Afinal, a confiança é tão frágil que admira que vivamos longos períodos de estabilidade e serenidade, sempre inevitavelmente interrompidos. Esta longa experiência de crises de confiança ensina-nos várias coisas acerca delas. Dois dos traços mais graves são o exagero e a distorção.

Quem perde a confiança costuma ter a atitude comum, mas muito prejudicial, de empolar e generalizar a suspeita. Tendo sofrido um choque que rompeu a fé que tinha em algo ou alguém, é normal desanimar e desconfiar de tudo e de todos. Existe aqui uma inversão de atitude. De facto, a quebra nas certezas segue-se normalmente a um período de excesso de credulidade, em que se colocou a esperança em coisas que não o mereciam. Rompido o laço em relação às forças que falharam, é costume querer largar, ou pelo menos suspeitar, de todas as outras.

Esse exagero derrotista é sumamente irracional. Pode ser compreensível, mas só leva à autodestruição. Ninguém consegue sobreviver desconfiando de tudo aquilo que o rodeia. O desespero só conduz à morte. Após uma forte desilusão, é indispensável que se faça um esforço adicional de serenidade e discernimento. Não é fácil, mas isso impõe-se, para evitar cair em novos logros, levando ao exagero em sentido oposto e começando a desprezar aquilo que merece respeito.

É indiscutível que as decisões políticas e económicas das últimas décadas tiveram fortes erros e enviesamentos e nos trouxeram à dívida, recessão, desemprego, pobreza e tratamento de emergência. Compreende-se o sofrimento, a dúvida, a raiva. Mas isso não é razão para suspeitar de Portugal, da democracia, dos nossos valores e cultura. Nem sequer podemos dar-nos ao luxo de duvidar dos partidos, empresas, bancos e mercados que temos. Simplesmente porque não há alternativas. A fúria é má conselheira, e arrasar o que nos rodeia descarrega os nervos, mas agrava o problema, sem resolver nada. Os povos que vencem são os que na crise mantêm confiança no essencial.

O segundo vício comum é desviar as suspeitas dos verdadeiros culpados para inocentes próximos. Pode parecer estranho, mas é frequente que os principais responsáveis pelo mal acabem incólumes enquanto, no meio da turbulência, o tempo vai desviando a desconfiança. Afinal aqueles que geraram a desgraça actuaram antes, quando as coisas ainda estavam calmas. Depois, logo que a tempestade desaba, costumam sair de cena, deixando outros carregar as culpas.

O caso português é uma excelente ilustração. Impressiona ver Passos Coelho /.../ ser zurzido por cá, enquanto António Guterres /.../ José Sócrates, estão no estrangeiro a polir a sua imagem, preparando-se para o regresso a posições de influência. O mais espantoso é que são capazes de conseguir. Mais ou menos, são eles os verdadeiros geradores da situação de 2011, quando chegaram os actuais líderes do PSD e do PS, claramente inocentes.

Viver num clima de confiança quebrada é muito difícil, mas é então que se vê a fibra de um povo. Em épocas como esta é mais penoso, mas também mais urgente, ter serenidade e confiança.

(*) Professor Universitário, Economista ©DN, naohaalmocosgratis@ucp.pt



Falar da crise...

Vasco Graça Moura (*)

Passamos o tempo a falar da crise. A crise tornou-se, não apenas o abominável pano de fundo da nossa existência, mas ainda uma dimensão perversa e desestruturante da nossa vida individual e colectiva. Por via da crise, estimula-se o nosso pessimismo atávico, mas talvez ela, na sua monstruosa dimensão, contribua entretanto para nos despertar de alguma inconsciência não menos hereditária.

Éramos propensos a crer que, entre mortos e feridos, alguém havia de escapar. Agora, começa-se a ver que ninguém escapa. E, por mais que haja quem tente incutir nos ânimos algumas partículas de esperança, o País mantém-se desconfiado e renitente. Vivemos num terreno oscilante e a verdade é que, entre pesadelos e catástrofes, nos custa a acreditar que as coisas possam tornar-se menos duras em tempo útil.

É claro que essa reacção é profundamente humana. As pessoas, quer as incluídas no vasto grupo da população envelhecida, quer as de outras faixas etárias, sentem-se resvalar para um misto de desalento e de revolta, entre os problemas agravados do desemprego e as dificuldades crescentes do dia-a-dia, quer nos seus casos individuais, quer nos que atingem os seus familiares e conhecidos. Mas, em termos de consciência colectiva, acaba por não se ter bem a noção daquilo que se pode fazer ou de como é que o presente estado de coisas poderia ser alterado para melhor. A crise não é apenas económica e financeira. É também moral e cultural. E vai durar muito, muito tempo.

De todos os lados se brada contra a catadupa dos infortúnios. Lança-se mão de enquadramentos ideológicos e de chavões de toda a ordem, rapidamente convertidos em acusações estridentes. Desenvolve-se conscientemente uma estratégia do descrédito das instituições e dos seus responsáveis. Esgota-se o leque das argumentações sem que se vislumbre qualquer remédio concreto que ultrapasse as fronteiras de uma retórica acintosa.

As coisas já são, de si, muito complicadas, quer no plano nacional, quer no internacional. Mas é claro que, da banda dos radicalismos, as soluções são expeditivas e simplistas. Deve-se? Não se paga e pronto... Precisa-se? Tem de se ter custe o que custar. Há que cumprir as leis? Apela-se à insubordinação e espera-se o conflito de rua. E assim sucessivamente. Vociferar é preciso, ajudar a resolver não é preciso...

Na luta política, ninguém está disposto a viabilizar absolutamente nada. Da parte do principal partido de oposição, o embaraço dos socialistas é total. O protesto à escala geral engrossa diariamente com as vozes deles grasnando por tudo e por nada, e o tremendismo torna-se ainda mais sinistro porque não era de esperar que desse quadrante, deveras desmemoriado, viesse uma radicalização assim.

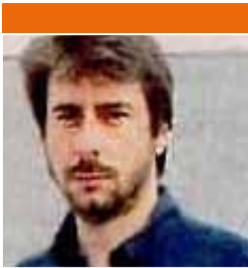
Vê-se que não existe para aquelas bandas nenhuma ideia nova, nenhum programa consequente, nenhuma garantia de mudança. Confunde-se as propostas de medidas com os objectivos delas. O que é apresentado como solução é o que toda a gente quer, do crescimento económico à pretensa intocabilidade do Estado Social, passando pela redução do desemprego.

As medidas que o Governo toma ou anuncia são com certeza passíveis de acesas discussões. Pode até ser útil e saudável discuti-las. Mas não basta proclamar-se em vários registos que elas afectam profundamente as pessoas. Isso já se sabe e o próprio Governo não o esconde.

Agora também já se pode supor que o PS, se chegar a ser governo, não tem soluções drasticamente diferentes. Por exemplo, já anuncia que não pode prometer reduzir as taxas de IRS... Compreendem-se algumas evasivas. Se são do mesmo quilate as soluções que o PS diz andar a preparar para ter um programa de governo em carteira, no caso de eleições antecipadas, então podemos interrogar-nos sobre a oposição que temos.

O PS também diz que não quer uma crise política. Esta, tal como o CDS e o PSD de há muito dizem, seria profundamente nociva e colocaria Portugal em dificuldades ainda maiores. Só os irresponsáveis a desejam. Mas não se vê que os socialistas façam seja o que for de modo a contribuírem para que se saia dela. Dir-se-ia que andam empenhados em ajudar a que essa crise se torne ainda mais funda...

(*) Professor Universitário, Escritor, Cronista DN



O regresso

Pedro Lomba (*)

Durante muito tempo, o Governo - e, em especial, o ministro das Finanças - foi prematuramente criticado por falhar o que ainda não tinha falhado: o objectivo do défice (mesmo cozinhado com receitas extraordinárias), a teimosa resistência em pedir qualquer alteração às condições dos empréstimos da troika, o regresso aos mercados da dívida pública. Eram críticas que se compreendiam em parte, até porque as suspeitas não eram as melhores, mas também mostravam a pressa com que os políticos são julgados.

É justo reconhecer que o regresso de ontem aos mercados da dívida pública, com grande procura externa, é um facto importante e um triunfo do ministro das Finanças, que aproveitou os resultados do défice, a "folga" dos pagamentos da troika e a bem-sucedida "boleia" do êxito da Irlanda para colocar dívida do Estado a um juro que, embora elevado, ficou abaixo dos 5%. Não ver isto, não querer ver pelo menos isto, em nome de duas ou três teorias da conspiração, achar que a agitação e a displicência perante os credores continuam a ser a nossa via-sacra, parece francamente irrealista e perigoso.

Talvez se perceba agora que a conversa suave de Gaspar com Schauble, que há um ano tanto enfureceu alguns "patriotas", não era uma humilhação auto-infligida pelo homem. A Europa fez, de facto, a sua parte. O BCE ajudou decisivamente, e ainda pode ajudar mais. E Portugal recuperou, para já, alguma credibilidade externa, na expectativa de que o BCE venha ainda a ser mais generoso. Mas, por outro lado, pensar que a confiança que, entretanto, foi possível readquirir nos mercados e na Europa significa que a austeridade e a reforma da despesa pública podem, de alguma maneira, abrandar, é não estar a ver o filme. Queira ou não o Governo, queira ou não o PS e as suas diferentes facções, nós vamos ter mesmo austeridade durante anos.

Precisamos dela. Ninguém nos livra da necessidade de uma nova disciplina financeira que nos traga equilíbrio e fiabilidade. As coisas são o que são. Porque Portugal é o que é e tem as debilidades que tem. Não é a Irlanda, a Islândia ou a Espanha. E a solidariedade dos outros não é uma caixa ilimitada. Por isso, não se compreende que António José Seguro tenha vindo dizer que o Governo fez precisamente aquilo que o PS andou a propor desde o ano passado. O facto é que o Governo não pediu mais tempo à Europa para "ajustar" a austeridade que o PS tanto tem criticado. O Governo só pediu mais tempo para pagar os empréstimos da troika. É certo que a austeridade não é tudo, mas não se enganem: ela não acabou, nem irá acabar.

É preciso, portanto, perceber o que é, o que não é e o que não deve ser este regresso aos mercados. Para o País e para o Governo, é um sinal de que a credibilidade e a soberania financeira estão a ser recuperadas e de que o acesso ao financiamento passará a estar mais facilitado na economia. O que não é: um milagre, uma mudança na nossa situação financeira, que continua calamitosa, a certeza de uma saída feliz e a prova de que não seremos forçados a reestruturar a dívida. Por fim, que não se veja aqui um pretexto cómodo e ilusório para o Governo deixar de fazer as reformas do Estado que precisa. Este regresso não é, por muito que nos custe, o fim da austeridade. Nem pode ser o fim das reformas. Não é uma viragem. É só um começo.

(*) - Jurista, cronista ©Público



Por isto é que Portugal não pode parar!

Rosa Maria Arezes (*)

O Ministro das Finanças antecipou em oito meses a ida aos mercados. Pela primeira vez desde a chegada da Troika, e de uma forma inesperada, Portugal regressou aos mercados e a emissão de dívida a cinco anos foi um sucesso. Trata-se da primeira operação do género desde que Portugal pediu ajuda financeira externa, já lá vão quase dois anos.

Ao contrário do que afirmam alguns dos que vivem do bota-abaxo e do quanto pior melhor, este regresso aos mercados só foi possível, em primeira instância, porque Portugal tem cumprido todos os compromissos.

Evidentemente que a crescente estabilização da zona euro e as movimentações positivas das autoridades europeias contribuíram também para aumentar o êxito. Mas Portugal fez a sua parte, muito importante e difícil. Honrou os seus compromissos, com muito sacrifício. E, por isso, está em condições de dar este passo tão relevante, ao contrário da Grécia que, apesar da mesma conjuntura internacional, não o pode fazer.

Começa a ser bem visível o resultado dos esforços que têm sido pedidos ao povo português. Já não andamos de PEC em PEC, rumo ao abismo da bancarrota; agora, o trabalho está a ser feito com rigor, com seriedade e com verdade, e daí este sinal a confirmar o caminho, para superarmos a crise em que nos afundaram.

O primeiro mês de 2013 ficará, portanto, na nossa história como um marco na viragem de uma página negra que teve consequências extremamente negativas na vida de todos. Pela primeira vez ao fim de muitos meses, vemos luz ao fundo do túnel.

Portugal conseguiu colocar 2,5 mil milhões de euros a uma taxa inferior a 5%. E o interesse dos investidores foi notável - ultrapassou os 12 mil milhões. Mais ainda, 93% das ordens vieram do estrangeiro, o que significa que aqueles que há uns tempos atrás não acreditavam em nós agora se mostram confiantes.

Neste contexto, o acesso ao financiamento por parte das empresas passará a ser mais fácil e a queda dos spreads, apesar de sabermos que é um processo lento, começará a produzir os efeitos que todos desejamos, marcando o sucesso da vitalidade da nossa economia, através do crescimento e da criação de emprego.

Agora, sim, porque cumprimos e ganhamos credibilidade, estamos em condições de pedir um alargamento do prazo dos empréstimos.

Agora, sim, porque cumprimos e ganhamos credibilidade, o pedido foi bem acolhido pelas autoridades europeias e também pelos mercados, com os juros da dívida pública a 10 anos a quebrarem em baixa a barreira dos 6%, pela primeira vez, desde Dezembro de 2010.

E porque contra factos não há argumentos, aqui fica mais um dado incontestável. O deficit do Estado em 2012 ficou 700 milhões aquém do limite estabelecido.

Convenhamos que todos estes resultados só foram possíveis com muito trabalho, com muito sacrifício. Só foram possíveis com imensa capacidade de resistência às vozes discordantes de grupos e de criaturas que parecem só descobrir o valor da indignação quando estão em causa os seus interesses pessoais e/ou de corporação.

O sucesso da ida aos mercados resulta da avaliação positiva que "os outros" fazem do nosso trabalho. Este é um mérito incontornável do Governo e dos Portugueses.

Por isto é que Portugal não pode parar! E o Povo, o verdadeiro herói desta gesta, sabe disso...

(*) Deputada do PSD



Perfume de Paris

Luís Campos Ferreira (*)

O inebriante perfume de Paris já chegou às narinas socialistas. Tem um nome irresistível: "Poder". Diz-se que veio na bagagem dos ex-assessores de comunicação de Sócrates, que são agora assessores de Seguro. E o que tem esse perfume?

Eu digo-lhe: notas de recuperação no horizonte, um toque ilusório de sondagens, apontamentos de liderança interna ameaçada e uma essência de ambição desmedida. É a isto que cheira este recente frenesim no PS. O partido que ainda não tomou um banho de humildade depois de tudo o que fez ao País, mas que já sonha de novo com o perfume do poder!

Nota: os últimos dias trouxeram três importantes sinais de confiança para ultrapassarmos estes tempos difíceis. Primeiro, a extensão dos prazos dos empréstimos de Portugal e Irlanda. Segundo, o regresso antecipado ao mercado da dívida que Portugal fez ontem com assinalável sucesso. E terceiro, a confirmação de que a meta do défice de 2012 foi efectivamente cumprida. Sinais de que os esforços dos portugueses estão a valer a pena.

(*) Deputado PSD, Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Amadora, para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2013 (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. 11 de Setembro de 1979, nº 16, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Rectificação da deliberação da Comissão Política sobre a indicação do candidato do PSD à Câmara Municipal da Amadora

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Centro Comercial Norte Vez, Rua Nunes Azevedo. Nº 77 cave, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f), ponto 2 Artigo 53 dos Estatutos do PSD

- Candidatura à Câmara Municipal

3 - Outros assuntos de interesse

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Évora, para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2013 (quinta-feira) pelas 21h30, na sede Distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Aprovação das contas de 2012 e Orçamento de 2013

3 - Análise da situação política local, e autárquicas 2013

4 - Outros assuntos

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo Branco, para reunir, no próximo dia 18 de Fevereiro de 2013 (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

3 - Autárquicas - 2013

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lagoa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Janeiro de 2013

(quarta-feira) pelas 22h00, na sede sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, nº 3 - 1º esq., com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Aprovação das contas de 2012

2 - Outros assuntos de interesse em termos de política nacional e local

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lagos, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 01 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 50, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Aprovação das contas anuais do PSD/Lagos

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 18 de Fevereiro de 2013 (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Autárquicas - 2013

3 - Análise da situação política local e nacional

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Lousã, para reunir, no próximo dia 01 de Março de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. Pires de Carvalho, 54, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Discussão e votação do Relatório e Contas de 2012

3 - Discussão e votação do Orçamento para 2013

4 - Eleições autárquicas 2013 - Parecer nos termos do Artigo 53º, f) dos Estatutos do PSD

5 - Análise da situação política

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mangualde, para reunir no próximo dia 02 de Fevereiro de 2013 (sábado) pelas 21h00, na Estalagem Cruz da Mata, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Autárquicas 2013

3 - Análise da situação política local, distrital e nacional

4 - Apresentação e votação das contas relativas ao exercício de 2012

5 - Apresentação e votação do Orçamento de 2013

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Fevereiro de 2013 (segunda-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Aprovação das contas da secção do ano de 2012, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53 dos Estatutos do PSD

3 - Aprovação do Orçamento da secção para o ano de 2013 nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53 dos Estatutos do PSD

4 - Análise da situação política

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Miranda do Douro, para reunir no próximo dia 02 de Março de 2013, (sábado) pelas

20h00, na sede, sita na Rua Trindade, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00

NELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Nelas, para reunir no próximo dia 08 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira) pelas 20h30, no Edifício Multiusos, sito na Praça do Município, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Leitura e aprovação da acta da última reunião

2 - Aprovação das contas de 2012 e Orçamento de 2013

3 - Eleições Autárquicas

4 - Análise da situação política actual

5 - Outros assuntos

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Olhão, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Janeiro de 2013 (quinta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dtº., com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Aprovação das contas do PSD/Olhão, relativas ao exercício de 2012, conforme alínea d) do artigo 53º dos Estatutos do PSD

2 - Outros assuntos de interesse dos militantes

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira de Frades, para reunir no próximo dia 05 de Fevereiro de 2013 (terça-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Jardim Dr. Dinis Vieira, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Prestação e aprovação de contas de 2012

**PARIS
ESTRUTURAS DA EMIGRAÇÃO
ENCONTRO**

O Secretariado Nacional das Comunidades Portuguesas do Partido Social Democrata em colaboração com a Secção do PSD em Paris, vai realizar um Encontro das Estruturas do PSD da Emigração - Círculo Eleitoral da Europa, a ter lugar no próximo dia 23 de Fevereiro, (Sábado), em Paris - Sede da UMP 238, rue de Vaugirard 75015 Paris, a partir das 10h00 com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política nacional e da área das comunidades portuguesas;

2 - Organização das estruturas da emigração do PSD (Europa).

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 02 de Fevereiro de 2013, (sábado) pelas 15h00, no Largo Nossa Senhora do Bom Despacho, nº 125 - Recarei, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Apreciação discussão e votação das contas relativas ao exercício de 2012

2 - Análise da situação política

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão, para reunir no

próximo dia 01 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira) pelas 20h30, na sede sita na Rua Machado dos Santos, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Apresentação e votação do Relatório e Contas do ano de 2012

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de São Brás de Alportel para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2013, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Poeta Bernardo de Passos, 29/31, São Brás de Alportel, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Período antes da ordem do dia
- 2 - Aprovação das contas da Secção;
- 3 - Análise da situação política do Concelho;
- 4 - Outros assuntos de interesse.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tavira, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira) pelas 18h30, na sede sita na Horta D'el Rei, (edifício frente ao Tribunal, pátio interior, 1º andar, (deverá aceder pela entrada situada frente à Radis, junto ao SEF), com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Aprovação das contas do PSD/Tavira, relativas ao exercício de 2012, conforme alínea d) do artigo 53º dos Estatutos do PSD

2 – Outros assuntos

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos para reunir no próximo dia 01 de Fevereiro de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Centro de Educação e Recreio (CER), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Tomada de posse dos órgãos da Secção com a presença do Vice-Presidente da CPN – Engº Jorge Moreira da Silva, Presidente da Bancada Parlamente, Dr. Luís Montenegro, Presidente da CPD, Dr. Ulisses Pereira

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 01 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório do Hotel Viana Sol, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Processo Autárquico da Concelhia de Viana do Castelo



FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fornos de Algodres da JSD, para reunir no próximo dia 2 de Março de 2013, pelas 20h00, na sede do PSD/Fornos de Algodres, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 28 de Fevereiro na sede do PSD/Fornos de Algodres, rua espirito santo, 6370 Fornos de Algodres.

CONSELHO REGIONAL LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional da JSD Lisboa AM para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2013, pelas 21 horas, sita Praça São João Bosco, n.º 3, em Campo de Ourique - Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política.

NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS / PEDROUÇOS

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Águas Santas / Pedrouços, para Plenário de Núcleo a realizar no dia 20 de Fevereiro pelas 21:30h na sede Núcleo PSD Águas Santas / Pedrouços, sita na Rua Dom Afonso Henriques, 1129, 4425-636 MAIA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações da Comissão Política Núcleo
- 1.1 – Plano de Atividades para o Ano 2013
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos;